

A FORMAÇÃO DO INSTRUTOR DE LIBRAS OUVINTE: UM RELATO AUTOETNOGRÁFICOⁱ

Wender Paulo de Almeida Torres 1
Samara Cavalcanti da Silva 2

Resumo

A formação docente no Brasil segue um grupo de Diretrizes Curriculares nacionais, a principal delas é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 1996, que faz a separação entre profissionais de nível médio e superior, a partir dos respectivos cursos. Mas ao mencionar a comunidade surda, a legislação que ampara a formação do instrutor de Libras é o Decreto 5.626 de 2005 que traz a possibilidade de formação em nível médio e superior. A partir desta perspectiva temos como o objetivo geral investigar sobre o processo formativo de instrutores de Libras no interior do Estado de Pernambuco e como objetivos específicos temos: esquadrihar os documentos legais e teóricos acerca da formação inicial e continuada de instrutores de Libras no Brasil; compreender como um profissional instrutor de Libras se forma até obter a certificação. Este trabalho tem abordagem qualitativa, sendo uma pesquisa autoetnográfica. A qual se deu inicialmente a partir da análise do arcabouço legal, e textos de teóricos que validam a atuação do Instrutor de Libras, a observação dos dados foi realizada por meio do pesquisador e do instrumento de pesquisa foram: memorial autoetnográfico, que apresenta a visão do autor sobre a formação do instrutor de Libras ouvinte no interior do estado de Pernambuco, suas nuances e perspectivas até a obtenção da certificação de proficiência e de fato poder se tornar Instrutor de Libras. No arremate, foi constatado que da formação inicial até se tornar um instrutor de Libras é uma jornada longa, que não se dá pelo simples fato de se conhecer a língua, mas é necessário um estudo específico, focado e constante com o objetivo de se tornar de fato bilingue, na categoria social, que é quando a comunidade que você faz parte o reconhece como tal

Palavras-chave: Proficiência em Libras; Magistério; Ensino de Libras; Prolibras; Formação Profissional.

Introdução

O presente artigo tem como propósito refletir sobre o processo de formação do instrutor de Libras ouvinte, a partir de um olhar autoetnográfico que entrelaça vivências pessoais, contextos históricos e referenciais teóricos da Educação de Surdos no Brasil. O interesse pela

¹ Graduado em Pedagogia pela UFRPE; Mestrando no programa de Mestrado Profissional em Rede em Educação Especial- PROFEI (UNEAL) wender.torres.profei.t5@alunos.uneal.edu.br ;

² Graduada em Pedagogia pela UFRPE; Mestra em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Doutora em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Docente da UNEAL e orientadora do PROFEI. samara.melo@uneal.edu.br.

Língua Brasileira de Sinais (Libras) emergiu em 2010, quando o pesquisador ingressou no curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), no campus de Garanhuns — fruto da expansão universitária promovida pelo REUNI (Decreto nº 6.096/2007). Essa política pública de interiorização do ensino superior possibilitou a inserção de novos sujeitos, oriundos de diferentes realidades socioculturais, no ambiente acadêmico.

O ponto de inflexão deu-se com o ingresso de um estudante surdo na turma de Pedagogia, aprovado no vestibular de 2009, em um contexto em que a presença de intérpretes ainda era rara nas universidades federais interioranas. A ausência desse profissional impulsionou a antecipação da disciplina de Libras para o segundo período do curso, medida que, embora emergencial, representou uma significativa abertura para a inclusão e para o diálogo entre línguas e culturas distintas. Nesse cenário, o pesquisador teve seu primeiro contato sistemático com a Libras, reconhecendo a potência comunicativa e identitária da língua de sinais.

Com o passar do tempo, a experiência inicial de mediação comunicativa se transformou em percurso formativo e profissional, que envolveu monitoria na disciplina de Libras, cursos de capacitação, atuação como tradutor e intérprete na educação básica e, posteriormente, certificações oficiais e docência no ensino superior. O percurso analisado neste estudo, portanto, não apenas revela uma trajetória individual, mas também reflete as transformações históricas e legais ocorridas na formação e atuação dos profissionais da Libras no Brasil.

Ao considerar que a função de instrutor de Libras é regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, que prevê formação em níveis médio e superior, torna-se relevante compreender de que forma os processos formativos se concretizam, especialmente em contextos interioranos, onde o acesso a cursos específicos e comunidades surdas organizadas ainda é limitado. Desse modo, o artigo propõe-se a compreender como se estrutura o caminho de formação e consolidação profissional do instrutor de Libras ouvinte, situando-o dentro de um processo histórico, social e educacional de luta por reconhecimento linguístico e inclusão.

Revisão teórica

O Brasil apresenta um dos arcabouços legais mais abrangentes no campo da inclusão educacional. A Lei 10.098/1994, ao tratar da acessibilidade, já mencionava a importância da língua de sinais. Posteriormente, a Lei 10.436/2002 oficializou a Libras como língua da comunidade surda e o Decreto 5.626/2005 regulamentou sua aplicação. Entre outros pontos, o

decreto estabeleceu parâmetros para a formação de instrutores e docentes de Libras em níveis médio e superior.

Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015) consolidou a necessidade de políticas que eliminem barreiras comunicacionais, pedagógicas e atitudinais. No âmbito estadual, leis como a 12.757/2005 em Pernambuco instituíram o cargo de Professor Instrutor de Libras, conferindo legitimidade profissional a uma prática que já ocorria em associações, igrejas e federações de surdos.

Autores como Quadros (1997, 2009), Strobel (1991, 2009), Gesser (2009) e Lacerda (2017) reforçam a relevância da Libras como elemento fundamental para o desenvolvimento educacional e cultural da comunidade surda. O processo formativo dos instrutores, portanto, deve ir além da mera fluência, abrangendo uma compreensão aprofundada da cultura surda, das práticas pedagógicas e da legislação que sustenta a educação bilíngue.

Metodologia

A pesquisa foi conduzida com abordagem qualitativa e método autoetnográfico. Nesse formato, o pesquisador atua simultaneamente como sujeito e objeto de investigação (SANTOS, 2017). A experiência pessoal constitui fonte de dados, sendo sistematizada a partir da memória e da reflexão crítica. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada no método autoetnográfico, por permitir que o pesquisador, enquanto sujeito da própria narrativa, descreva e analise criticamente as experiências que compõem sua trajetória formativa. De acordo com Chang (2008) e Santos (2017), a autoetnografia combina elementos da autobiografia e da etnografia, articulando a dimensão pessoal às dimensões culturais e sociais mais amplas. Assim, a história individual do pesquisador torna-se também uma lente de interpretação da realidade educacional e profissional dos instrutores de Libras no interior de Pernambuco.

O corpus de análise foi constituído a partir de dois instrumentos principais:

O memorial autoetnográfico constitui-se como o principal instrumento de coleta e análise de dados desta pesquisa, configurando-se tanto como fonte documental quanto como procedimento reflexivo que articula memória, emoção e interpretação crítica. Conforme Chang (2008) e Santos (2017), a autoetnografia transforma as experiências pessoais em material analítico, permitindo que o sujeito-pesquisador problematize sua trajetória e, ao mesmo tempo, identifique padrões culturais e institucionais mais amplos. No presente estudo, a elaboração do memorial seguiu etapas sistemáticas:

Levantamento documental: compilação de certificações (provas e diplomas de proficiência e de formação docente), históricos escolares, contratos e relatórios de atividades (registros de atuação em escolas municipais e estaduais, e em instituições como o CREE Lions). Esses documentos foram organizados cronologicamente para auxiliar a reconstrução dos marcos formativos (admissões, aprovações em seleções, certificações CAS-PE/PROLIBRAS, e matrículas em cursos de especialização e Letras Libras).

Registro de memórias e episódios críticos: escrita contínua de lembranças e descrições detalhadas de eventos marcantes (por exemplo: o primeiro contato em 2010 com o estudante surdo no curso de Pedagogia; a monitoria da disciplina de Libras; as primeiras atuações como intérprete na Educação Infantil em 2012; e a experiência no CREE Lions a partir de 2013). Para cada episódio, o memorial buscou explicitar não só o que ocorreu, mas também as estratégias adotadas, dilemas enfrentados e sentidos atribuídos — procedimento recomendado por Chang (2008) para efetivar a reflexão analítica sobre a experiência vivida.

Interpretação e cruzamento com literatura: cada narrativa foi confrontada com o arcabouço teórico e legal (Decreto nº 5.626/2005; Lei 10.436/2002; autores sobre educação de surdos e formação docente). Essa triangulação permitiu transformar descrições em interpretações, revelando como determinados eventos pessoais dialogam com tendências e lacunas na formação de instrutores de Libras (RIBAS, 2000; GESSER, 2009; STROBEL, 2009).

Validação documental e reflexiva: sempre que possível, as memórias foram confrontadas com registros objetivos (e-mails, cópias de certificados, atas ou comunicações institucionais) para reduzir vieses de memória e fortalecer a confiabilidade do relato. Além disso, procedeu-se a uma revisão crítica contínua do texto do memorial para identificar interpretações excessivamente subjetivas e evidenciar aprendizagens com relevância geral para a formação de instrutores de Libras (CRESWELL, 2007).

O memorial, portanto, não é apenas um relato cronológico de eventos, mas um dispositivo de análise que articula trajetória pessoal, referências legais e teorias educacionais. Ao admitir a subjetividade como parte do dado investigativo, o memorial se alinha à proposta autoetnográfica de produzir conhecimento situado, sensível às dimensões identitárias, éticas e políticas da atividade docente e interpretativa (CHANG, 2008; SANTOS, 2017). Em suma, o

memorial ofereceu o material bruto e interpretado que alimentou as discussões sobre formação, certificação e prática pedagógica presentes neste artigo

A metodologia baseou-se na triangulação entre o arcabouço legal, as referências teóricas sobre educação bilíngue e a experiência vivida, permitindo uma análise integral do fenômeno estudado. Optou-se pelo recorte temporal compreendido entre 2010 e 2019, período em que o pesquisador ingressou na formação inicial e consolidou as certificações de proficiência e docência em Libras. O método autoetnográfico foi, portanto, escolhido por reconhecer que o percurso pessoal é também um campo de produção de conhecimento sobre políticas linguísticas e práticas educativas inclusivas.

A **observação participante** complementou o memorial, funcionando como um segundo eixo metodológico que permitiu capturar práticas, interações e rotinas em diferentes contextos educacionais. Inspirado nas orientações metodológicas da pesquisa qualitativa (CRESWELL, 2007) e em protocolos autoetnográficos (CHANG, 2008; SANTOS, 2017), adotei a observação participante de forma intencional e prolongada, cobrindo um período superior a uma década e abarcando os seguintes contextos: Educação Infantil (2012), Ensino Fundamental — 4º ano (2013), CREE Lions — Centro de Reabilitação e Educação Especial (2013–2014), Ensino Fundamental II — 6º ano (2014), Ensino Médio — 1º ano (Escola Estadual Simoa Gomes) e Ensino Superior — cursos de Pedagogia, Fonoaudiologia e Educação Física (2017).

As características centrais da observação participante desenvolvida foram:

Imersão propositada e longitudinal: diferente de observações breves e pontuais, a observação foi contínua ao longo de anos, o que possibilitou acompanhar trajetórias de alunos surdos, progressão de atividades curriculares e mudanças institucionais. A longitudinalidade é fundamental para identificar padrões pedagógicos e de interação que só emergem com o tempo (CRESWELL, 2007).

Registros sistemáticos de campo: mantive fichas de campo e diários reflexivos com descrições detalhadas de interações em sala, estratégias interpretativas adotadas, adaptações pedagógicas e reações dos alunos e professores. Esses registros incluíram observações sobre elementos visuais e espaciais da Libras (expressão facial, uso do espaço, classificadores), bem como notas sobre decisões didáticas e articulações com materiais curriculares.

Foco nas práticas de tradução e interpretação: a observação centrou-se em situações em que a mediação linguística era crucial — exposições de conteúdo, avaliações, trabalhos em

grupo, atividades lúdicas e atendimentos multiprofissionais no CREE Lions. Nesses momentos foi possível mapear demandas específicas do intérprete (por exemplo: antecipação de vocabulário técnico, uso de estratégias de simplificação sem perda de sentido, negociação com professores sobre adaptações de conteúdo).

Análise das dinâmicas intersubjetivas e institucionais: além da interação direta com alunos surdos, observei as relações entre intérprete/instrutor e professores ouvintes, equipe técnico-pedagógica e familiares. Identifiquei, por exemplo, diferenças de preparo pedagógico entre docentes de disciplinas distintas, lacunas na articulação entre serviços de saúde e escola (no contexto do CREE) e a necessidade de formação continuada dos docentes ouvintes para melhor inclusão (DINIZ; DAXENBERGER, 2021; GESSER, 2009).

Ética e reflexividade: como observador participante e pesquisador, mantive postura reflexiva sobre meu duplo papel (ator e pesquisador). Isso implicou explicitar minha presença nas turmas, obter consentimentos quando pertinentes e, ao analisar os dados, reconhecer como minhas práticas de intérprete influenciavam as interações observadas — uma postura requerida pela pesquisa autoetnográfica que valoriza a transparência metodológica (CHANG, 2008; SANTOS, 2017).

Os resultados da observação participante permitiram identificar aprendizagens operacionais importantes para a formação do intérprete/instrutor: a necessidade de preparação prévia de conteúdos disciplinares; o domínio de estratégias de mediação linguística (parafraseamento, uso de recursos visuais, elaboração de glossários em Libras); a importância de articulação com profissionais da área da saúde; e a relevância do trabalho colaborativo para garantir a continuidade do processo educativo. Essas descobertas dialogam com as reflexões de Ribas (2000) sobre formação docente como prática reflexiva e com as análises de Strobel (2009) sobre as imagens sociais que permeiam a educação de surdos.

Em síntese, a observação participante, articulada ao memorial autoetnográfico e ao arcabouço legal e teórico, constituiu-se em ferramenta analítica decisiva para compreender as exigências formativas — cognitivas, técnicas e éticas — impostas à atuação do instrutor de Libras em contextos interioranos. Essa combinação metodológica garantiu que as conclusões do estudo fossem tanto enraizadas na experiência prática quanto sustentadas por teorias e documentos que regem a educação bilíngue de surdos.

Formação profissional: o relato autoetnográfico

Minha trajetória profissional e acadêmica teve início em 2010, ao ingressar no curso de Pedagogia pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), na Unidade Acadêmica de Garanhuns, como resultado da expansão universitária promovida pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (Decreto nº 6.096/2007). Esse contexto ampliou significativamente o acesso à formação superior e me permitiu vivenciar uma universidade em processo de interiorização, mais próxima das realidades sociais e culturais locais.

Durante o curso, tive contato com um colega surdo, aqui denominado *ASSUERO*, que, à época, não dispunha de intérprete de Libras. Para minimizar as barreiras comunicacionais, a disciplina de Libras foi ofertada de forma antecipada. Essa experiência foi um divisor de águas na minha formação, pois o convívio direto com Felipe despertou em mim um profundo interesse pela Língua Brasileira de Sinais (Libras) e pela inclusão educacional da pessoa surda. A partir desse encontro, compreendi que o domínio da Libras não era apenas uma habilidade técnica, mas um instrumento de cidadania e de equidade no espaço escolar.

Posteriormente, tornei-me monitor da disciplina de Libras, mesmo sem experiência anterior. Essa função exigiu intensa dedicação, estudo e prática diária. A convivência com surdos e o envolvimento em atividades de mediação linguística consolidaram meu aprendizado, o que me levou a buscar formação contínua em Libras nos níveis básico, intermediário e avançado.

Em 2012, iniciei oficialmente minha atuação profissional como tradutor e intérprete de Libras na Educação Infantil, em escolas da rede municipal. Essa experiência foi particularmente significativa, pois envolveu o desafio de introduzir a Libras a crianças pequenas, muitas delas em fase inicial de aquisição da linguagem. Atuar nesse contexto exigiu sensibilidade e criatividade para adaptar a interpretação à linguagem visual, corporal e lúdica própria da infância. Muitas vezes, desempenhei papel duplo — de intérprete e de instrutor —, contribuindo para o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças surdas e para a sensibilização dos colegas ouvintes em relação à diversidade linguística.

No ano de 2013, ampliei minha atuação para o Ensino Fundamental – 4º ano, em uma escola pública. Essa fase marcou uma transição importante em minha prática profissional, pois o trabalho passou a envolver conteúdos curriculares mais complexos e a necessidade de estratégias de interpretação mais precisas e contextualizadas. O desafio de traduzir conceitos

científicos e linguísticos para a Libras exigiu aprofundamento teórico e domínio técnico da língua.

Ainda em 2013, fui aprovado em processo seletivo para o cargo de professor intérprete no Centro de Reabilitação e Educação Especial Lions Club (CREE Lions), vinculado ao Governo do Estado de Pernambuco. Essa aprovação representou um marco de reconhecimento profissional e o início de uma nova etapa de consolidação da minha carreira. No CREE Lions, atuei de forma integrada com equipes multiprofissionais — professores, fonoaudiólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais — em um ambiente voltado à educação inclusiva e à reabilitação de pessoas surdas e com deficiências múltiplas. Essa experiência ampliou minha compreensão sobre as interfaces entre educação, saúde e acessibilidade comunicacional, reforçando a importância do intérprete como mediador de sentidos, e não apenas de palavras.

Em 2014, retornei ao sistema regular de ensino, iniciando trabalho no Ensino Fundamental II – 6º ano, em escola pública estadual. Nessa etapa, a atuação como intérprete exigiu maior articulação com os professores das diferentes áreas do conhecimento e adaptação constante às metodologias de ensino. O contato com adolescentes surdos trouxe novos desafios, como a tradução de textos mais abstratos e a mediação de debates em sala de aula.

Posteriormente, após deixar o CREE Lions, ingressei na Escola Estadual Simoa Gomes, onde atuei como intérprete educacional no 1º ano do Ensino Médio. Nesse nível de ensino, aprofundei o trabalho de mediação entre Libras e Português, favorecendo o acesso dos estudantes surdos aos conteúdos das diversas disciplinas, com foco na autonomia linguística e na preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Essa vivência reforçou a relevância do intérprete no percurso formativo de jovens surdos e consolidou meu compromisso com a educação bilíngue.

A busca por aperfeiçoamento técnico e reconhecimento profissional levou-me, em 2015, à certificação como Tradutor-Intérprete de Libras pelo Centro de Atendimento ao Surdo de Pernambuco (CAS-PE), e, no ano seguinte (2016), à certificação como Instrutor de Libras, tornando-me o primeiro ouvinte certificado em Garanhuns. O processo avaliativo seguiu as diretrizes do Decreto nº 5.626/2005, exigindo a elaboração e apresentação de plano de aula em Libras, bem como arguição por banca composta por surdos e linguistas. Esse reconhecimento oficial consolidou minha trajetória e abriu novas possibilidades profissionais.

Em 2017, concluí especialização em Libras, aprofundando o estudo da linguística da língua de sinais, das metodologias de ensino e das políticas públicas de inclusão. Nesse mesmo

ano, iniciei minha atuação como professor de Libras no Ensino Superior, ministrando aulas nos cursos de Pedagogia, Fonoaudiologia e Educação Física. Essa experiência docente permitiu-me transitar do espaço da interpretação para o espaço da formação, contribuindo com a qualificação de futuros profissionais da educação e da saúde, destacando o papel da Libras como ferramenta de inclusão e respeito à diversidade.

No ano de 2019, dei continuidade à formação acadêmica ao ingressar no curso de Letras Libras (UFPB/UAB), buscando consolidar a base teórica e pedagógica da minha trajetória profissional. A soma dessas formações – Pedagogia, Especialização em Libras e Letras Libras – reflete uma caminhada pautada pela formação continuada e pelo compromisso com a educação bilíngue de surdos, numa perspectiva ética, cultural e linguística.

Essa trajetória, iniciada na formação inicial e expandida por meio de experiências práticas e certificações especializadas, revela um percurso coerente de construção identitária e profissional. Cada etapa formativa e cada espaço de atuação contribuíram para a consolidação de uma compreensão mais ampla sobre o papel do tradutor e intérprete de Libras no contexto educacional, especialmente como agente de acessibilidade, de mediação intercultural e de promoção da equidade linguística nas escolas e universidades brasileiras

Considerações finais

A análise da trajetória formativa e profissional revelou que a formação do instrutor de Libras é um processo contínuo e multifacetado, que vai muito além da fluência linguística. Envolve o entrelaçamento entre experiência prática, reflexão crítica, referencial teórico e base legal. No caso do instrutor ouvinte, o percurso é atravessado por desafios identitários e éticos, como o reconhecimento pela comunidade surda e o respeito à centralidade do protagonismo surdo na educação bilíngue.

Constatou-se que as políticas públicas de inclusão, especialmente após o Decreto nº 5.626/2005, proporcionaram avanços significativos na regulamentação da formação e atuação dos instrutores e intérpretes de Libras. No entanto, ainda persistem desigualdades regionais quanto ao acesso à formação continuada, às certificações e ao fortalecimento de comunidades surdas no interior do Estado de Pernambuco.

A trajetória narrada também evidencia que o trabalho do instrutor e intérprete de Libras é, antes de tudo, educativo e cultural. A atuação nas diferentes etapas da educação básica — da educação infantil ao ensino médio — e no ensino superior demonstra a amplitude e a

complexidade desse papel, que se configura como mediação linguística, mas também como prática pedagógica e de valorização da diversidade.

O percurso formativo, iniciado na Pedagogia e ampliado por especialização e graduação em Letras Libras, consolidou um perfil profissional comprometido com o ensino da Libras como segunda língua e com a formação de novos profissionais sensíveis à diferença. Assim, a pesquisa reafirma que a formação do instrutor de Libras deve ser entendida como um processo dialógico e permanente, que articula o saber acadêmico, o saber da experiência e o saber cultural, fortalecendo os princípios de uma educação bilíngue inclusiva e socialmente justa.

Por fim, a autoetnografia se mostrou um caminho metodológico potente para compreender as nuances da formação profissional e pessoal, uma vez que permite o olhar de dentro — aquele que vivencia e reflete —, favorecendo o reconhecimento das práticas e dos significados atribuídos à docência e à tradução em Libras. O estudo, portanto, reforça a necessidade de políticas públicas que valorizem a formação e o trabalho desses profissionais, garantindo o direito linguístico das pessoas surdas e promovendo uma escola verdadeiramente inclusiva.

Referências

BASSO, I. M. S.; STROBEL, K. L.; MASUTTI, M. Metodologia do ensino de Libras – L1. Florianópolis: CCE, 2009.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 23 de abril de 2005. Brasília, 2005.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília, 2002.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015.

BOSSLE, F. O “eu do nós”: o professor de Educação Física e a construção do trabalho coletivo na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. 2008. Tese (Doutorado) – UFRGS.

CHANG, H. Autoethnography as method. Utah: University of Utah/Left Coast Press, 2008.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.



DINIZ, J. V. S.; DAXENBERGER, A. C. S. A construção formativa do TILS a partir de experiência religiosa: relato autoetnográfico. CONEDU, 2021.

GESSER, A. Libras, que língua é essa? São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LACERDA, C. B. F. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. Cad. CEDES, Campinas, v.19, n.46, 2017.

MOURA, A. J. M. Os desafios, avanços e perspectivas na constituição do professor de Libras: uma experiência autoetnográfica. Monografia – UFPB, 2021.

MÜLLER, J. I.; KIST, K. Língua Brasileira de Sinais e cultura surda: práticas inclusivas em um Instituto Federal. LínguaTec, v.5, n.2, p.62-74, 2020.

PROLIBRAS. Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais. Relatório Técnico. UFSC, 2015.

QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, R. M.; STUMPF, M. Estudos Surdos IV. Petrópolis: Arara Azul, 2009.

RIBAS, M. H. Construindo a competência: processo de formação de professores. São Paulo: Olho d'água, 2000.

SACHS, I. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. Estudos Avançados, São Paulo, v.18, n.51, 2004.

SANTOS, S. M. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica. Plural, 2017.

SOARES, M. A. L. A educação do surdo no Brasil. Bragança Paulista: Edusf, 1999.

STROBEL, K. História de educação dos surdos. Florianópolis: UFSC, 1991.

STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: UFSC, 2009.

TORRES, W. P. A. Condições de trabalho e saúde dos docentes da primeira expansão universitária do país – UAG/UFRPE. JEPEX, 2014.

VITALIANO, C. R.; DALL'ACQUA, M. J. C.; BROCHADO, S. M. D. Língua Brasileira de Sinais nos currículos dos cursos de Pedagogia. EDUEL, 2010



ⁱ Este artigo foi revisado, uma versão anterior já foi publicada, mas que não contemplava todas as especificidades necessárias, e os detalhes que se faziam preponderantes para uma publicação como esta.